CRÉDIT AGRICOLE
GESTION PRIVÉE

CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

(anteriormente denominada Crédit Agricole Brasil S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)
CNPJ nº 01.638.542/0001-57

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Ativo		
Circulante	23.457	24.188
Disponibilidades	93	170
Títulos e valores mobiliários	15.504	19.862
Carteira própria	15.504	19.862
Outros créditos	7.557	3.972
Rendas a receber	952	674
Negociação e intermediação de valores	3.328	511
Diversos	3.277	2.787
Outros valores e bens	303	184
Despesas antecipadas	303	184
Realizável a longo prazo	18.364	15.344
Outros créditos	18.355	15.253
Diversos	18.355	15.253
Outros valores e bens	9	91
Despesas antecipadas	9	91
Permanente	1.693	2.299
Investimentos	66	80
Outros investimentos	66	80
Imobilizado de uso	522	777
Outras imobilizações de uso	1.811	1.969
(–) Depreciações acumuladas	(1.289)	(1.192)
Intangível	1.105	1.442
Outros ativos intangíveis	1.689	1.689
(–) Amortização acumulada	(584)	(247)
Total do ativo	43.514	41.831

	2016	2015
Passivo		
Circulante	10.204	6.827
Outras obrigações	10.204	6.827
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	–	6
Fiscais e previdenciárias	1.075	1.015
Negociação e intermediação de valores	3.317	509
Diversas	5.812	5.297
Exigível a longo prazo	15.560	13.828
Outras obrigações	15.560	13.828
Fiscais e previdenciárias	14.856	13.041
Diversas	704	787
Patrimônio líquido	17.750	21.176
Capital social	232.823	211.015
De domiciliados no exterior	232.823	211.015
Prejuízos acumulados	(215.073)	(189.839)
Total do passivo	43.514	41.831

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	1.065	1.590
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.065	1.590
Resultado bruto da intermediação financeira	1.065	1.590
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.911)	(14.143)
Receitas de prestação de serviços	9.425	7.961
Despesas de pessoal	(17.587)	(12.201)
Outras despesas administrativas	(6.556)	(9.803)
Despesas tributárias	(780)	(589)
Outras receitas operacionais	4.403	1.090
Outras despesas operacionais	(816)	(601)
Resultado operacional	(10.846)	(12.553)
Resultado não operacional	(7)	4
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(10.853)	(12.549)
Provisão para participações dos empregados	(559)	–
Prejuízo do semestre	(11.412)	(12.549)
Prejuízo por ação - R$	(0,04902)	(0,05947)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(11.412)	(12.549)
Provisão para gratificação	1.400	1.464
Reversão da provisão para gratificação	(3.182)	(72)
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	989	1.571
Reversão de provisão indedutível	(482)	–
Provisão indedutível	510	–
Marcação a mercado de TVM	–	3
Depreciação e amortização	230	219
Variações monetárias	86	25
Atualização de depósitos judiciais	(1.115)	799
Lucro/prejuízo na alienação de imobilizado de uso	7	(4)
Prejuízo ajustado do semestre	(12.969)	(8.544)
Variação de ativos e passivos		
(Aumento) redução em TVM e derivativos	(7.841)	14.869
Aumento em outros créditos	(4.509)	(3.794)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(75)	112
(Redução) aumento em outras obrigações	3.548	(2.357)
	(8.877)	8.830
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(21.846)	286
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado/intangível de uso	(11)	(238)
Alienação de imobilizado de uso	–	4
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(11)	(234)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital por subscrição	21.808	–
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(49)	52
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	142	118
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	93	170
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(49)	52

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	211.015	(177.290)	33.725
Prejuízo do semestre	–	(12.549)	(12.549)
Saldos em 30 de junho de 2015	211.015	(189.839)	21.176
Saldos em 31 de dezembro de 2015	211.015	(203.661)	7.354
Prejuízo do semestre	–	(11.412)	(11.412)
Aumento de Capital	21.808	–	21.808
Saldos em 30 de junho de 2016	232.823	(215.073)	17.750

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, anteriormente denominada Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constituída em 10 de janeiro de 1997, está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas, subsidiária do Crédit Agricole Private Banking 99,999998% com sede na França e do Banco Crédit Agricole Brasil S/A 0,000002% (mesmos valores em 2015) com sede no Brasil.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente. Ao longo de 2014 e 2015 a Distribuidora fez investimentos significantes em sua plataforma tecnológica de sistema operacional de forma a se adequar ao modelo de negócios definido pelo Grupo. Se necessário, os acionistas proporcionarão os recursos necessários para a manutenção das atividades.

A Distribuidora, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de dezembro de 2015, aprovou a alteração da denominação social, passando de Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. A alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 27 de janeiro de 2016 com aplicação a partir da data da AGE supracitada.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.

Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Distribuidora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
c) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
d) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
e) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
f) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução Bacen nº 3.823/09;
g) CPC 33 - Benefícios a Empregados homologado pela resolução Bacen nº 4.424/2015; e
h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução Bacen nº 4.144/12.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2016	2015
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	93	170
Caixa e equivalentes de caixa	93	170

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Distribuidora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a DTVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.

d) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, que são revistos semestralmente.

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

e) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

O saldo do ativo intangível foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares utilizados em processamento de dados.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Demais ativos e passivos

Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A DTVM não apresentou base tributável em 30 de junho de 2016 e 2015.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

k) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

a) Títulos e valores mobiliários

a.1) Composição por classificação

	2016		2015	
Carteira própria	**Custo (i)**	**Contábil/ mercado**	**Custo (i)**	**Contábil/ mercado**
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.504	15.504	19.862	19.862
Total	15.504	15.504	19.862	19.862

(i) Inclui rendimentos.

a.2) Composição por prazo de vencimento	**2016**	**2015**
Até 3 meses	8.471	19.862
De 3 a 12 meses	7.033	–
Total	15.504	19.862

a.3) Composição por emissor	**2016**	**2015**
Títulos de renda fixa		
Títulos Públicos		
Tesouro Nacional	15.504	19.862

Em 30 de junho de 2016, os títulos e valores mobiliários estavam custodiados na Selic. O resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R$ 1.065 (R$ 1.590 em 2015).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros de Capitais. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

5. Gerenciamento de riscos

a) Risco de mercado

As perdas potenciais advindas de variações nos preços dos ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, valor em risco e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do valor em risco utiliza simulação histórica considerando 252 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de *holding period*. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas dos fatores de risco. Adicionalmente, são também efetuados testes de aderência (*back-testing*) do modelo de valor em risco comparando-se os resultados esperados com os resultados efetivamente auferidos.

Além das ferramentas tradicionais de risco de mercado, utiliza-se o instrumental de ALM (gerenciamento de ativos e passivos). Essa ferramenta possibilita ter uma visão do impacto de variações de taxas de juros no balanço do Conglomerado Financeiro Crédit Agricole Brasil e avaliar as interdependências entre as variações de taxa de juros e o volume dos ativos e passivos da Distribuidora.

Os limites aprovados pelo comitê de risco de mercado são revisados, no mínimo, anualmente. A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

b) Fatores de risco de mercado

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros vinculada aos índices TR, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de *Market Risk* com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Distribuidora e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado Financeiro Crédit Agricole Brasil, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

d) Risco operacional

É definido como risco operacional a possibilidade de perdas resultantes de falha, inadequação ou deficiência de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda associada a lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O Conglomerado Financeiro Crédit Agricole implementou em sua Matriz e em toda a sua rede internacional um componente organizacional dedicado à consolidação e avaliação dos riscos operacionais, que são identificados através do exercício anual de mapeamento de risco que conta com a participação de todas as áreas da instituição.

Através de reuniões regulares, a alta administração discute as conclusões do mapeamento de risco, os resultados dos indicadores de risco e de performance, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

e) Risco Socioambiental

Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores da DTVM atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz e com a regulamentação nacional vigente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para gerencialmente de risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais suas operações. Cada operação analisada sob a ótica socioambiental passa pela linha de negócios, pela equipe local de Risco de Crédito, pelo Desenvolvimento Sustentável da Matriz, pela equipe local de Compliance, pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental.

6. Outros créditos

a) Rendas a receber

Em 30 de junho de 2016, a Distribuidora possui registrado como "rendas a receber" o montante de R$ 952 (R$ 674 em 2015) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a Distribuidora administrava R$ 3.223.738 (R$ 2.829.590 em 2015) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Fundos de investimento e fundos de investimento em cotas (i)	2.148.122	1.599.907
Fundos de investimento em ações	12.106	15.120
Carteiras administradas	1.335.930	948.186
Outros fundos de renda fixa	576.485	786.193
Subtotal de recursos de terceiros	4.072.643	3.349.406
Aplicações em fundos de investimentos da própria Distribuidora	(848.905)	(519.816)
Total líquido de recursos de terceiros	3.223.738	2.829.590

(i) Corresponde à soma dos ativos administrados dos fundos de investimento e fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento.

As receitas auferidas no semestre com a administração desses recursos totalizaram R$ 5.156 (R$ 4.114 em 2015) - Nota 12.

b) Negociação e intermediação de valores

Representado pelos saldos das operações por conta de clientes na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R$ 3.328 (R$ 511 em 2015).

c) Diversos	**2016**	**2015**
Circulante	3.277	2.787
Adiantamento e antecipações salariais	1.075	907
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 9.a)	1.600	1.485
Pagamentos a ressarcir	3	3
Impostos e contribuições a compensar	223	–
Outros	376	392
Realizável a longo prazo	18.355	15.253
Impostos e contribuições a compensar	136	323
Devedores por depósito em garantia (i)	18.219	14.930
Total	21.632	18.040

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais de COFINS no valor de R$ 16.404 (R$ 13.754 em 2015) e outros no valor de R$ 1.815 (R$ 1.176 em 2015) referentes à defesa de processos judiciais envolvendo a Distribuidora.

7. Outras obrigações

a) Negociação e intermediação de valores

Representado pelos saldos das operações por conta de clientes na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R$ 3.317 (R$ 509 em 2015).

b) Fiscais e previdenciárias	**2016**	**2015**
Circulante	1.075	1.015
Impostos e contribuições a recolher	1.075	1.015
Exigível a longo prazo	14.856	13.041
Provisão para riscos fiscais (Nota 10.b)	14.856	13.041
Total	15.931	14.056

c) Diversas	**2016**	**2015**
Circulante	5.812	5.297
Provisão para encargos trabalhistas	4.568	4.274
Fornecedores	189	56
Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 9.a)	971	889
Outras despesas administrativas	69	71
Outros pagamentos	15	7
Exigível a longo prazo	704	787
Provisão para riscos trabalhistas (Nota 10b)	704	787
Total	6.516	6.084

8. Capital social e dividendos

Em 25 de fevereiro de 2016, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da instituição de R$ 211.015 para R$ 232.823, mediante emissão de 21.807.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas subscritas nesta data por meio de integralização em moeda corrente nacional, pelo acionista CA Indosuez Wealth Group. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 2 de março de 2016.

Portanto, em 30 de junho de 2016, o capital social de R$ 232.823 (R$ 211.015 em 2015) está representado por 232.822.906 (211.015.406 em 2015) ações ordinárias, sem valor nominal.

Conforme Estatuto Social da Distribuidora, os acionistas têm direito a receber em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício. A Assembleia Geral poderá, com o consentimento de todos os acionistas presentes, deliberar pela distribuição de um dividendo inferior ao mínimo acima referido, ou mesmo, pela retenção da totalidade do lucro.

Em 30 de junho de 2016 a Distribuidora apresentou prejuízo de R$ 11.412 (R$ 12.549 em 2015) não constituindo reserva de lucros no período.

9. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, os saldos das transações com partes relacionadas estavam assim representados:

	Ativo/(passivo) 2016	Ativo/(passivo) 2015
Disponibilidades	75	165
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	75	165
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 6.c)	1.600	1.485
Crédit Agricole Suisse	678	655
Amundi - França	261	517
Crédit Agricole Miami	164	–
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	497	313
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 7.c)	(971)	(889)
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	(971)	(889)
	Receitas/(despesas) 2016	**Receitas/(despesas) 2015**
Receita de prestação de serviços (Nota 12)	4.000	3.722
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	1.502	1.655
Crédit Agricole Suisse	1.461	1.250
Crédit Agricole Miami	341	–
Amundi - França	696	817
Receita/(despesa) variação cambial prestação de serviços (Nota 15)	(95)	18
Crédit Agricole Suisse	(62)	(17)
Crédit Agricole Miami	7	–
Amundi - França	(40)	35
Despesa de prestação de serviços (Nota 13)	(356)	(214)
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	(356)	(214)
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	(14)	(14)
Crédit Agricole Paris	(14)	(14)
Convênio de rateio de custos comuns (Nota 13)	–	(1.793)
Banco Crédit Agricole Brasil S/A *(i)*	–	(1.793)

(i) Em 30 de junho de 2016 os valores de rateio de custos comuns com o Banco Credit Agricole perfaziam o montante de R$ 4.403 (R$ 3.780 em 2015) e foram contabilizadas nas respectivas contas de resultado na Distribuidora, não restando valores em despesas com rateio (R$ 1.793 em 2015).

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a sua redução de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de R$ 3.252 (R$ 3.186 em 2015), a qual é considerada benefício de curto prazo.

10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 30 de junho de 2016 e 2015.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes, no montante de R$ 14.856 (R$ 13.041 em 2015) (nota 7b), como segue:

A Distribuidora vem contestando judicialmente a legalidade de certos impostos e contribuições, principalmente recolhimento da COFINS nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essas causas, a Distribuidora mantém provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" o montante de R$ 14.658 (R$ 12.848 em 2015), bem como depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R$ 16.404 (R$ 13.754 em 2015), julgado suficiente pela administração para fazer face a possíveis perdas.

O montante de R$ 198 (R$ 193 em 2015) corresponde a um processo de natureza fiscal referente ao questionamento das autoridades fiscais quanto a recolhimentos de imposto de renda.

Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos ao exame pelas respectivas autoridades em um período de 05 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

As contingências referentes a processos trabalhistas montam R$ 704 (R$ 787 em 2015) composto por dois processos, para os quais a administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas.

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	2016			2015		
	Fiscais	**Trabalhista**	**Total**	**Fiscais**	**Trabalhista**	**Total**
Saldo no início do semestre	13.929	642	14.571	12.257	–	12.257
Constituições	365	–	365	329	787	1.116
Atualização monetária	562	62	624	455	–	455
Saldo no final do semestre (Nota 7.b e 7.c)	14.856	704	15.560	13.041	787	13.828

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	2016		2015	
	Valor Reclamado	**Valor Provisionado**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**
Riscos fiscais	14.856	14.856	13.041	13.041
Riscos trabalhistas	704	704	787	787
Total	15.560	15.560	13.828	13.828

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	2016 Valor Reclamado	2015 Valor Reclamado
Riscos fiscais	802	1.217
Riscos trabalhistas	152	1.423
Total	954	2.640

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Distribuidora.

11. Imposto de renda e contribuição social

Composição do crédito fiscal	**2016**	**2015**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(10.853)	(12.549)
Imposto de renda - alíquotas de 15% e 10%	2.713	3.137
Contribuição social - alíquota de 20%	2.171	1.882
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participação nos lucros	252	–
Outras adições e exclusões	569	209
Crédito fiscal sobre base negativa do semestre	5.705	5.228

Em 30 de junho de 2016, a Distribuidora possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social não contabilizados no montante de R$ 90.992 (R$ 71.457 em 2015), sendo R$ 50.551 referente ao imposto de renda (R$ 44.661 em 2015) e R$ 40.441 referente à contribuição social (R$ 26.796 em 2015). Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Banco Central do Brasil, os benefícios do imposto de renda e contribuição social, no montante estimado de crédito tributário, serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, uma vez que a Distribuidora ainda não atende aos quesitos estabelecidos nestas resoluções, por não apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais.

Em 22 de maio de 2015 foi publicado no diário oficial da união a medida provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 que altera o artigo 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, elevando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 15% para 20% em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Esta MP passou a vigorar a partir de setembro de 2015 (primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação).

12. Receitas de prestação de serviços	**2016**	**2015**
Receitas taxa de administração (Nota 6.a)	5.156	4.114
Prestação de serviços - ligadas (Nota 9.a)	4.000	3.722
Rendas de outros serviços	269	125
Total	9.425	7.961

13. Outras despesas administrativas	**2016**	**2015**
Reembolso de despesas - ligadas (Nota 9.a)	–	(1.793)
Prestação de serviços - ligadas (Nota 9.a)	(356)	(214)
Aluguéis	(541)	(736)
Processamento de dados	(2.208)	(4.004)
Serviços técnicos especializados	(1.017)	(844)
Comunicação	(279)	(171)
Viagens	(414)	(370)
Serviços do sistema financeiro	(591)	(531)
Depreciação/amortização (i)	(326)	(264)
Manutenção e conservação de bens	(72)	(50)
Serviços de terceiros	(104)	(59)
Transportes	(91)	(93)
Água, energia e gás	(22)	(19)
Publicações	(46)	(22)
Outras despesas administrativas	(489)	(633)
Total	(6.556)	(9.803)

(i) Sendo R$ 230 (R$ 219 em 2015) com despesas de depreciação e amortização e, R$ 96 (R$ 45 em 2015) de compartilhamento de custos de depreciação e amortização com o Banco Crédit Agricole conforme contrato de rateio.

14. Outras receitas operacionais	**2016**	**2015**
Reversão de provisões operacionais (i)	3.182	72
Variações monetárias (ii)	1.124	806
Variações cambiais (Nota 9.a)	89	118
Recuperação de encargos e despesas	8	93
Outras rendas operacionais	–	1
Total	4.403	1.090

(i) Representada substancialmente pela reversão da provisão de gratificação de 2015.
(ii) Representada substancialmente por atualizações Selic de depósitos judiciais (Nota 10.b).

15. Outras despesas operacionais	**2016**	**2015**
Despesas com atualizações de impostos e contribuições	(562)	(455)
Variações cambiais (Nota 9.a)	(184)	(100)
Bens em comodato (Nota 9.a)	(14)	(14)
Outras despesas operacionais	(56)	(32)
Total	(816)	(601)

16. Despesas de pessoal	**2016**	**2015**
Salários	(10.867)	(7.628)
Encargos sociais	(4.358)	(2.896)
Benefícios	(1.627)	(1.158)
Honorários	(608)	(321)
Treinamentos	(127)	(198)
Total	(17.587)	(12.201)

17. Despesas tributárias	**2016**	**2015**
PIS	(45)	(38)
COFINS	(364)	(329)
ISS	(206)	(192)
Outros	(165)	(30)
Total	(780)	(589)

18. Gerenciamento de capital e limites operacionais

O gerenciamento de capital compreende:
(a) Monitoramento e controle de capital mantido pela Distribuidora face aos limites mínimos de capital;
(b) Plano de capital para fazer face aos riscos a que a Distribuidora está sujeita, considerando os objetivos estratégicos nos próximos três anos e
(c) Testes de estresse e avaliação dos seus impactos sobre o capital.

A estrutura de gerenciamento de capital auxilia a administração quanto à gestão da Distribuidora por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar os riscos incorridos pela Distribuidora, utilizando simulações de cenários que levam em conta as mudanças nas condições de mercado e as estratégias de negócio. As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital são revisadas no mínimo anualmente pela administração.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do capital encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

A partir de outubro de 2013, o Índice Basileia passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13, até setembro de 2013 os valores foram apurados conforme Resolução nº 3.444/07. O Índice Basileia para 30 de junho de 2016 é de 13,50% para o Conglomerado (16,32% em 2015).

A gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com a Circular nº 3.678/13, estão disponíveis no site www.creditagricoledtvm.com.br.

A Diretoria

Synthesis ACCOUNTING & TAX

José Luiz Gonzaga - CRC 1SP 132371/O-5

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Os membros efetivos do Comitê de Auditoria do **CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do Banco Central do Brasil, tem na designação de suas atividades a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, de auxiliar na estruturação, desenvolvimento e eficácia dos Controles Internos, além da análise e avaliação das demonstrações contábeis incluindo-se notas explicativas. O Comitê de Auditoria pôde verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Internas e Externas possuem transparência e qualidade, constataram a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2016, refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2016

Comitê de Auditoria

continua

CRÉDIT AGRICOLE
GESTION PRIVÉE

CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

(anteriormente denominada Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)
CNPJ nº 01.638.542/0001-57

continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos. Srs.
Administradores e acionistas da
CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

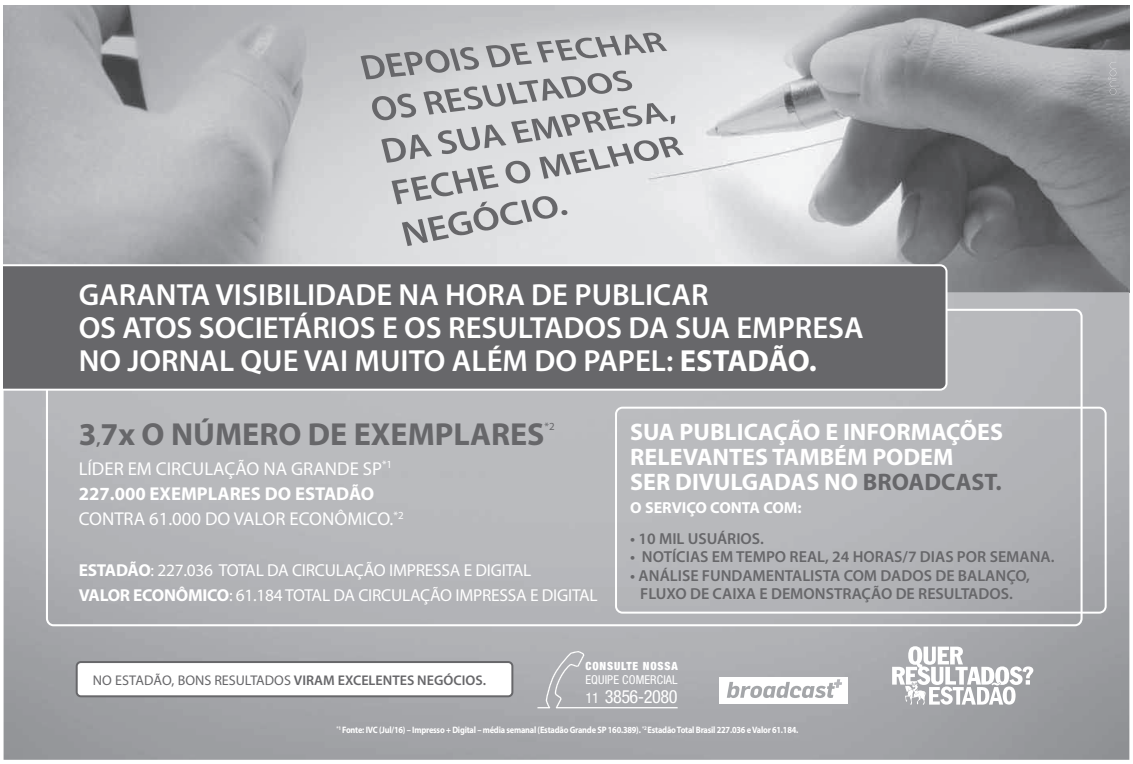
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 30 de agosto de 2016

EY

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Kátia Sayuri Teraoka Kam
Contadora CRC-1SP272354/O-1